

A QUESTÃO EXTERNA

UMA NOVA ORDEM INTERNACIONAL

*Teresinha da Silva Bello**

Introdução

Os últimos 30 anos registraram uma série de mudanças na estrutura e no funcionamento do sistema econômico mundial, o que dá um tom de ruptura com relação ao ordenamento anterior aos anos 60.

Dentre as mudanças observadas no cenário internacional deste final de século, quatro delas desempenham um papel relevante, podendo mesmo virem a caracterizar esta última década que antecede a chegada do século XXI:

- 1) a transformação dos organismos internacionais e dos acordos do pós-guerra;
- 2) a corrida universal pelo crescimento econômico em lugar da corrida armamentista;
- 3) o avanço tecnológico que afeta as vantagens comparativas até então existentes; e
- 4) o papel do Estado como avalista dessas transformações.

1 — A transformação dos organismos internacionais e dos acordos do pós-guerra

A organização da economia internacional no período que sucedeu à II Guerra Mundial — com os EUA sendo a potência hegemônica do mundo capitalista e a União Soviética, o país líder do bloco socialista —

* Economista da FEE e Professora da PUC-RS/FCPE.

A autora agradece aos colegas Carlos Nelson dos Reis, Bely Macadar e Sonia Teruchkin pela leitura preliminar deste trabalho e pelas modificações sugeridas. Os equívocos porventura remanescentes são de inteira responsabilidade da autora.

vem se modificando, gradualmente, nos últimos anos. As regras estabelecidas após a II Guerra Mundial, com a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BIRD) e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), pouco a pouco vão dando lugar a outras fórmulas substitutivas, em que o Estado-Nação cada vez mais cede lugar a uma política de integração, com destaque para a formação de blocos econômicos onde predominam os acordos inter-regionais. Essa é a situação da Comunidade Econômica Européia (CEE), onde a tendência se mostra mais desenvolvida, destacando-se também o acordo formalizado entre os EUA e o Canadá, bem como a integração "informal" que vem sendo levada a efeito entre o Japão e os países do Sudeste Asiático. Mesmo na América Latina, em que esse movimento ainda é bastante lento, esboçam-se sinais de que a região começa a voltar-se para essa questão. Tal é o caso do processo de integração que vem sendo implementado entre o Brasil e a Argentina desde 1986.

É no desenvolvimento do capital, na tendência deste à mundialização, que deve ser buscada a origem desse processo de formação de blocos regionais no mundo capitalista. Ao mesmo tempo em que esses países tentam integrar-se, permitindo a circulação mais livre de mercadorias, de capital e de mão-de-obra, principalmente na Europa, suas relações com o Exterior mantêm-se sob um véu de protecionismo. Ou seja, o protecionismo, que até então se caracterizava a nível de país, vem se deslocando para o nível de blocos econômicos. E o papel desempenhado pelos organismos internacionais estabelecidos no pós-guerra, como o GATT, o FMI e o BIRD, por exemplo, vem se enfraquecendo gradualmente, devido a esse neomercantilismo que hoje se observa e que teve origem na tentativa de resolver a crise que começou a gestar-se nos países centrais, após o período de prosperidade que se estendeu desde o pós-guerra até fins da década de 60.

Nos anos 60 e até meados dos 70, os países de capitalismo avançado promoveram um deslocamento de empresas para os países em desenvolvimento, com o objetivo de se aproveitarem dos baixos custos de mão-de-obra e de matérias-primas aí vigentes e com isso diminuir a queda na taxa de lucro verificada nos países desenvolvidos. Parte dessa queda originava-se na impossibilidade de se promoverem reduções salariais devido à forte organização sindical dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo em que ocorria esse deslocamento, as matrizes encorajavam suas filiais, nos países periféricos, a exportarem para os países centrais. Com isso, além de se beneficiarem dos baixos salários aqui praticados, veriam baratear os custos de muitos de seus componentes industriais e mesmo de bens de consumo. Isso lhes permitiu a manu-

tenção de um alto padrão de consumo, apesar da crise e dos choques do petróleo. Mas, decorrido algum tempo, essa região percebeu que havia gerado concorrentes, o que acabou por acirrar o protecionismo, ao mesmo tempo em que se criava uma contradição no que se refere ao tratamento da dívida externa dos países da periferia: enquanto o FMI recomenda aos países endividados que se tornem cada vez mais exportadores, tanto o Japão como os EUA, por exemplo, tornam-se cada vez mais protecionistas, dificultando o próprio pagamento de muitos países devedores. E o argumento de que estes últimos vêm apresentando saldos deficitários na balança global (que inclui, além da conta de comércio, as contas de serviço e de capital), em virtude da transferência líquida de recursos ao Exterior (devido aos pagamentos dos juros e amortizações de suas dívidas externas, remessa de lucros e pagamento de outros serviços), não tem sido considerado suficientemente forte contra o protecionismo.

Mesmo não tendo sofrido grandes mudanças na orientação de suas políticas ortodoxas, as transformações da economia mundial têm levado tanto o Banco Mundial como o FMI a se distanciarem do espírito de Bretton-Woods, sob o qual foram criados. Se, no momento de sua criação (1944), essas instituições se propunham a promover uma cooperação monetária internacional, visando a um crescimento equilibrado do comércio internacional, bem como à manutenção de altos níveis de ocupação e ao desenvolvimento dos recursos produtivos de todos os países, aliado a uma estabilidade cambial, hoje a situação difere. A partir dos anos 70, a estabilidade cambial cedeu lugar à instabilidade, com o rompimento do compromisso de conversibilidade ouro-dólar pelos EUA. Mas foi somente na década de 80 que os demais objetivos do FMI e do Banco Mundial foram deslocados. A partir da crise financeira internacional de 1982, observou-se um maior entrosamento dessas instituições com o sistema privado internacional, quando, no Terceiro Mundo, o processo de financiamento em moeda estrangeira, patrocinado pelos bancos comerciais privados, entrou em colapso. Essa reversão do ciclo financeiro, com a súbita paralisação dos empréstimos voluntários por parte do sistema financeiro internacional privado, levou o FMI a assumir o papel de cobrador de dívidas, objetivando reduzir os riscos de uma "debâcle" financeira em escala mundial. Com isso, a instituição, longe de desempenhar o papel de um Banco Central, como era esperado a partir de Bretton-Woods, passou a executar as funções de um intermediário entre credores e devedores, retratando os interesses dos credores internacionais. É importante salientar, porém, que a capacidade de regulação da liquidez internacional por parte do FMI é insignificante em termos de recursos financeiros, restringindo-se aos Direitos Especiais de Saque. Além disso, a atuação da entidade faz-se presente através de po-

líticas ortodoxas de ajustamento econômico, impostas aos países devedores, visando à retomada do equilíbrio nas contas correntes do balanço de pagamentos desses países, bem como ao ajustamento interno de suas economias para honrar compromissos externos.

O Banco Mundial também assistiu a transformações em seu papel de financiador do desenvolvimento. Nos 20 anos que se seguiram a sua criação, o Banco Mundial desenvolveu uma atividade próxima a de um banco comercial, com uma ingerência relativamente pequena a nível de políticas econômicas regionais. Já na década de 60, passou a ter características mais amplas, financiando, preferencialmente, programas setoriais e, por isso, exercendo uma influência maior no crescimento dos países da periferia. Mas foi somente na última década que essa instituição passou a trabalhar com uma política econômica global para os países do Terceiro Mundo, tendo em vista a crise de endividamento por estes vivida. Esse processo de intervenção atrelava-se aos interesses do sistema bancário privado internacional, com o Banco Mundial promovendo tanto as exportações de mercadorias como a livre circulação de capitais nos países periféricos, numa tentativa de administrar a crise cambial e não mais tendo por objetivo o crescimento econômico dessas nações.

2 — A corrida universal pelo crescimento econômico em lugar da corrida armamentista

Não somente os organismos internacionais vêm registrando uma transformação na sua capacidade de atuação. A corrida armamentista, após os anos 80, também vem sendo gradualmente substituída, dando lugar a uma nova forma de competição pela soberania: a corrida pelo crescimento econômico. Absorver a maior quantidade possível de capital constitui-se hoje num novo desafio. A capacidade de atrair capital externo torna-se cada vez mais importante, disputando espaço com a corrida armamentista como o elemento capaz de garantir a supremacia sobre os concorrentes.

O drama atual é que a lucratividade decrescente tem levado muitos setores produtivos a condições instáveis e difíceis, que os desestimulam a realizar novos investimentos. E o capital, na tentativa de superar essas condições de incerteza, vem mostrando preferência pelo setor financeiro, em detrimento do produtivo. Com isso, o investimento direto vem sendo dirigido apenas para as regiões com maior desenvolvimento, destacando-se aí os EUA e a Europa.

Por outro lado, a economia do mundo capitalista vê o Sudeste Asiático como uma área de crescimento acelerado. O pólo dinâmico desse crescimento é o Japão, e em torno dele gravitam Coréia do Sul, Taiwan, Singapura e Hong Kong (os quatro "tigres asiáticos"), com a emergência da Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas.

Além desse bloco de países liderados pelo Japão, mais outros dois, liderados respectivamente pelos EUA e pela Alemanha, hoje dominam o mundo capitalista, deixando relativamente à margem a África e a América Latina.

A tendência da economia mundial a marginalizar essas duas regiões tem sido motivo de preocupação para os países latino-americanos e africanos, especialmente devido a dois fatos marcantes, que agravam ainda mais a situação dessas regiões. O primeiro deles é a atual revolução tecnológica em curso no mundo desenvolvido e que será abordada mais adiante. O outro é o problema da transferência líquida de recursos ao Exterior, como decorrência de seu elevado grau de endividamento externo.

Os efeitos da transferência de recursos para o Exterior refletem-se na paralisia dos investimentos a nível interno, no redirecionamento dos capitais externos e nas restrições crescentes ao acesso às novas tecnologias, tudo isso dificultando o crescimento econômico dessas regiões. Internamente, recursos que poderiam destinar-se a novos investimentos são transferidos para o Exterior, colocando amarras no desempenho das economias latino-americana e africana.

Uma parcela significativa dos capitais externos vem sendo dirigida para os próprios países industrializados, sendo que boa parte tem se direcionado para os países asiáticos, dada a boa "performance" por estes apresentada nos últimos anos. Afora isso, os mercados em vias de unificação, como é o caso da CEE, também têm recebido um aporte razoável de investimentos do Exterior, acrescentando-se, ainda, a possibilidade de estes se deslocarem para o Leste Europeu, a partir do processo de abertura dessa região, que vem sendo levado a efeito, principalmente com a unificação da Alemanha. Por tudo isso, pouco tem sobrado para a América Latina e para a África em termos de recursos provenientes do Exterior.

Também os programas de ajustes econômicos impostos à região por seus credores externos têm freado o impulso de crescimento, dado o conteúdo recessivo neles embutido, o que agrava ainda mais o quadro de marginalidade e vulnerabilidade em que se encontram os países latino-americanos e africanos.

Por outro lado, a conformação da economia mundial na atualidade torna bastante difícil o ordenamento dessas duas regiões em forma de bloco econômico, à semelhança do que já vem ocorrendo com os EUA, a Europa e o Japão.

O mundo atual assiste a uma organização sincrônica do processo de produção, onde ramos industriais se entrelaçam e interagem, ao mesmo tempo em que as atividades produtivas se repartem em três níveis. O primeiro deles abrange a concepção, a organização dos métodos e a engenharia. O segundo, num nível intermediário, engloba a fabricação qualificada, requerendo, por isso, uma mão-de-obra adequada. O terceiro diz respeito à produção com baixa tecnologia e, em função disso, não requer, em princípio, qualquer qualificação tanto no que se refere à execução quanto à montagem. Essa segmentação do processo produtivo teve sua origem na tentativa de frear a tendência de queda na taxa de lucro verificada principalmente a partir da década de 60, quando o aumento da composição orgânica do capital acabou por acelerar a corrida em busca de maior lucratividade; e isso foi possível não somente através da expansão das relações capitalistas como da segmentação do processo produtivo.

A partir dessa divisão tripartite do processo de produção, também é possível separar, geograficamente, esses três níveis, com uma especialização espacial de diferentes tipos de trabalhos que se interligam dentro de um ramo industrial. Assim, depois da II Grande Guerra, a economia mundial foi se organizando em três tipos de divisão espacial. O primeiro (tipo I), composto por regiões ou nações com pólos de gerenciamento e tecnológicos, recorrendo principalmente a uma mão-de-obra qualificada, voltada para a concepção e o gerenciamento, bem como às produções estratégicas. O segundo (tipo II) abrange regiões ou nações com pólos de fabricação qualificada, muitas delas com um passado industrial, fazendo parte de uma velha industrialização a nível internacional. O terceiro (tipo III) envolve regiões ou nações com abundância de mão-de-obra não qualificada e com baixo valor de reprodução. Nesse caso, os postos de trabalho e as produções correspondentes aos níveis de fabricação qualificada e sobretudo da tecnologia permanecem largamente exteriores a esses países.

Desse modo, a velha divisão **horizontal** do trabalho, com seus Setores Primário (agricultura e mineração) e Secundário (manufatureiro), vem dando lugar a uma nova divisão **vertical** do trabalho, caracterizada por diferentes níveis de qualificação em cada ramo industrial.

Enquanto isso, nessa ponderação desigual e tripartite das atividades, a área-centro polariza-se entre os dois primeiros níveis, permanecendo os países periféricos principalmente no terceiro tipo.

Se, até os anos 60, o processo de mundialização foi caracterizado pelo deslocamento conjunto do processo de criação e de realização do valor, a partir de meados dos anos 60 o local de criação e de realização do valor dissocia-se. A questão fundamental da **realização** do valor (através da circulação internacional das mercadorias) volta-se agora também para a própria **criação** do valor (através do deslocamento do processo de extração da mais-valia). O que se vê, pois, são as empresas multinacionais reproduzindo o próprio movimento do capitalismo. E, ao mesmo tempo em que estas se submetem ao processo de expansão do modo de produção capitalista, lançam as bases da economia mundial, instaurando uma nova ordem internacional. Nesta, o Estado-Nação, que tão bem caracterizou o capitalismo em seus primórdios, organiza-se agora em blocos econômicos formados por um conjunto de países.

Uma observação mais atenta dos três blocos econômicos nos quais está dividido o mundo capitalista permite verificar que cada uma dessas regiões abrange países dos três tipos anteriormente citados.

No caso da Europa, a Alemanha, caracterizada como do tipo I, tende a exercer o papel hegemônico na CEE. O tipo II vai abranger países como a Grã-Bretanha, a França, a Itália, etc. Enquanto no tipo III estariam algumas regiões de Portugal, Espanha, Grécia, por exemplo, com possibilidades de expansão do bloco em direção ao norte da África e ao Leste Europeu.

Na Bacia do Pacífico, a situação também não é muito diferente, apesar de os acordos entre os países aí primarem pela informalidade. Se o Japão exerce o papel correspondente ao tipo I, os atuais "tigres asiáticos" vão compor o tipo II. Ao mesmo tempo, no quadro de hierarquias industriais encabeçadas pelo Japão, vai se formando uma outra zona capaz de abranger países do tipo III como é o caso da Tailândia, Indonésia, Malásia e Filipinas, que, nos últimos anos, vêm recebendo parcela substancial dos excedentes financeiros do Japão.

A América do Norte, que compõe o outro bloco, atualmente conta com os EUA como o país líder, com o México e o Canadá como os países intermediários e com a América Central podendo desempenhar o papel correspondente ao tipo III. Ocorre que, a partir da unificação da Alemanha e da abertura dos países do Leste Europeu, o equilíbrio de forças vem sendo afetado, pois é notório o aumento do poder econômico da CEE, mais especificamente da Alemanha. Do mesmo modo, o Japão vem reforçando cada vez mais sua posição na Bacia do Pacífico, deixando mais restritas as possibilidades de expansão dos EUA como potência econômica mundial. Estas, pelo visto, estariam limitadas à América Latina.

Essa região, por seu turno, não tem um país que possa desempenhar as funções correspondentes ao tipo I, o que dificulta sobremaneira suas tentativas de se organizar como um bloco econômico, o mesmo ocorrendo com o continente africano. Assim, embora válidos e necessários, os esforços exigidos para a integração da América Latina com certeza serão bem maiores do que aqueles desenvolvidos pela CEE; e seus resultados também, mais duvidosos. Ao que tudo indica, o continente latino-americano tenderá, cada vez mais, a fazer parte do bloco liderado pelos EUA. Isso, porém, não deverá servir para que os países do continente latino-americano deixem de lado suas tentativas de integração. Muito ao contrário, tudo leva a crer que negociar em grupo um eventual processo de integração à América do Norte só irá reforçar a posição de barganha da América do Sul, motivo pelo qual os esforços integracionistas da região não devem ser esmorecidos. Mesmo porque a integração ao bloco ligado aos EUA não significa que a condição de marginalidade e penúria seja eliminada. Enquanto a Alemanha e o Japão vêm firmando posição de liderança na economia mundial, mostrando-se capazes de bancar um eventual processo de negociação das dívidas externas dos países que porventura a eles venham se atrelar, o mesmo não se pode afirmar com certeza para os EUA, que vêm perdendo posição como potência financeira mundial.

3 — O avanço tecnológico que afeta as vantagens comparativas até então existentes

A corrida para o desenvolvimento econômico envolve também a busca de tecnologias cada vez mais avançadas, capazes de afetar as vantagens comparativas existentes no comércio internacional. Atualmente, as vantagens comparativas vêm se tornando cada vez menos ligadas a fatores climáticos e geográficos, sendo progressivamente moldadas pela inovação tecnológica e pelas novas técnicas de gerenciamento, enquanto a capacidade de inovar se torna o fator cada vez mais decisivo na criação de rendas e mercados.

Nestas últimas décadas, uma nova revolução científica vem afetando as técnicas produtivas através de um processo de acumulação de mudanças tecnológicas. Dentre as repercussões dessa revolução tecnológica, quatro merecem destaque pelo papel transformador que vêm exercendo sobre a economia mundial: o uso dos recursos produtivos, a organização da produção, a organização do mercado mundial e o sistema financeiro.

Um fenômeno que se destaca como consequência das novas tecnologias implementadas na atualidade é o da substituição de matérias-pri-

mas por novos materiais, os quais vêm sendo utilizados na fabricação de produtos e, com isso, diminuindo a demanda pelas primeiras. Novos produtos e novas formas são criados constantemente e, de modo geral, utilizando menos quantidades de insumos e de matérias-primas, como também, muitas vezes, utilizando-se destas recicladas. Tal fenômeno tem sido chamado de "desmaterialização da produção".

Do mesmo modo, o uso da mão-de-obra nos novos processos produtivos vem sendo gradualmente reduzido e substituído por processos automatizados. Com isso, simultaneamente ao crescimento do desemprego tecnológico, reduzem-se os salários reais e promove-se um deslocamento da mão-de-obra não qualificada em prol da mais qualificada. Cada vez mais esta última é exigida nas fábricas, ao mesmo tempo em que a criação de novos empregos não cresce na mesma proporção em que aumenta a capacidade produtiva. Como decorrência disso, o mesmo número de operários é capaz de movimentar uma quantidade sempre crescente de meios de produção, e cada produto, fruto dessa nova tecnologia, contém uma soma menor de trabalho direto do que o produto fabricado com a tecnologia anterior.

Outra consequência do atual avanço tecnológico sobre o uso dos recursos produtivos diz respeito à relação entre a produção agrícola e o uso da terra, já que o incremento da primeira cada vez mais independe do aumento do uso de terras. Isto porque, graças à biotecnologia e às novas técnicas, o aumento da produtividade na agricultura tem permitido aumentar o volume produzido sem expandir-se a fronteira agrícola, num uso mais intensivo da terra. Complementarmente, produtos sintéticos, oriundos da indústria, vêm substituindo de modo crescente os produtos naturais provenientes da agricultura, diminuindo, de forma acelerada, a participação desse setor na geração da renda dos países mais avançados tecnologicamente.

Também a organização da produção vem sofrendo transformações a partir das mudanças tecnológicas da atualidade, onde em muitos segmentos as economias de escala vêm ocasionando perdas na eficiência. Pequenas empresas, de alta tecnologia, tomam o lugar das grandes plantas industriais, com a substituição da produção em massa pela produção flexível, através da utilização de máquinas reprogramáveis e até mesmo do recurso da subcontratação.

Uma outra mudança registrada na organização da produção é o crescimento das "holdings": os competidores no sistema mundial não são mais empresas isoladas. As empresas mais competitivas emergem de sistemas integrados — onde circulam melhor as informações necessárias à

tomada de decisão — e hoje competem em sistemas de macroempresas, destacando-se aí as empresas japonesas.

As atuais mudanças tecnológicas têm levado a uma queda nas quantidades das matérias-primas utilizadas na produção, capaz de influenciar negativamente a cotação das mesmas, contrariando as previsões feitas há alguns anos. Até a década de 70, era crença geral que haveria o esgotamento de muitas matérias-primas e que, por consequência, os preços das matérias-primas tenderiam a elevar-se. Hoje, porém, as expectativas já não são essas. Ao contrário, a perspectiva é de uma queda nas cotações internacionais dos bens primários.

Desse modo, países produtores desses bens deverão encontrar dificuldades junto aos mercados externos, já que sua importância no comércio internacional tenderá a diminuir. Como os provedores de matérias-primas, de modo geral, são países do Terceiro Mundo e as relações econômicas fundamentais estão cada vez mais centradas na tecnologia, é provável que modificações bastante grandes venham a ocorrer nos mercados mundiais nos próximos anos: um entrosamento cada vez maior entre os países centrais e uma marginalização crescente dos países do Terceiro Mundo.

A revolução científico-tecnológica deste final de século também afetou sobremaneira os meios de comunicação. Uma das consequências dessa revolução nas comunicações foi a integração das praças financeiras internacionais, que hoje atuam 24 horas por dia, dada a facilidade de comunicação com os demais centros financeiros do resto do Mundo. Atualmente, as operações puramente financeiras ultrapassam em mais de 10 vezes a cifra correspondente às operações de bens e de serviços.

Essa revolução tecnológica, ao mudar o uso dos recursos produtivos, a organização da produção e do mercado, bem como o funcionamento do sistema financeiro, tende a agudizar alguns desequilíbrios.

O clássico modelo de desenvolvimento vigente até há alguns anos, com a demanda por recursos naturais como um fator atrativo de investimentos para o Terceiro Mundo, vem sendo modificado. Os países provedores de mão-de-obra barata também estão perdendo as vantagens comparativas que detinham. Como os países do Terceiro Mundo são marginais sob o ponto de vista da produção, estão deixando de ser interessantes como focos de atração de capital, o que agrava as dificuldades em relação às suas dívidas externas.

Já não há a mesma possibilidade de crescimento dependendo dos recursos externos, como houve nas décadas anteriores, durante o processo

de substituição de importações. Ao mesmo tempo, a necessidade de importação de tecnologia será crescente, caso haja a pretensão de manter a competitividade externa, criando mais um impasse para os países periféricos.

4 — O papel do Estado como avalista dessas transformações

A tecnologia da atualidade diz respeito não somente à transformação de matérias-primas, mas está ligada à informação, permitindo maior facilidade e rapidez nas comunicações capazes de levar à descentralização de decisões. Desse modo, é possível a implantação de empresas num sistema mundial e com uma interdependência técnica crescente.

Essa interdependência faz com que muitas políticas macroeconômicas nacionais não possam ser levadas a efeito, já que as mesmas não conseguem se impor num plano transnacional. Com isso, o papel do Estado-Nação vem se transformando, cedendo lugar à integração regional. Nesta, não só é possível o deslocamento do capital, mas também a viabilidade na implantação de certas políticas econômicas — difíceis de ocorrer a nível de país, dada a referida interdependência.

Do mesmo modo, a articulação de sistemas produtivos em escala mundial faz com que unidades consideradas nacionais, dentro dos conceitos formais de "capital nacional", na verdade estejam integradas ao processo produtivo transnacional. Tal fato, em contrapartida, implica que nem todas as unidades produtivas "nacionais" operem como parte de um sistema produtivo definido em termos nacionais, ou seja, em função de sistemas produtivos nacionais. Não é mais a Nação, a "economia nacional", que estabelece os limites do capital. Estes são dados pelo próprio capital, independentemente de limitações do espaço geográfico.

Essa ultrapassagem, embora relativa, das barreiras do espaço, o avanço tecnológico, bem como métodos de organização e gerenciamento tornam possível pensar as nações como partes de um contexto, como "unidades de operação", onde as fronteiras nacionais, que até então serviam de demarcação para os limites de expansão dos processos produtivos, hoje estejam sendo superadas. E, à medida que o capitalismo se desenvolve e se mundializa, o espaço econômico para o desenvolvimento de sistemas produtivos "nacionais autônomos" fica cada vez mais reduzido.

Cabe destacar, entretanto, que esse processo de mundialização do capital não é apenas o resultado da soma ou das relações entre siste-

mas produtivos nacionais. Muito mais do que isso, ao internalizar-se nas formações sociais nacionais, ele configura um processo novo na história econômica do capitalismo, com mudanças no papel do Estado, que passa a atuar como avalista dessas transformações. Com isso, o Estado passa a desempenhar um papel duplo e contraditório.

A transnacionalização não redefine apenas o papel das grandes empresas, que passam a dissociar os locais de criação e de realização do valor. Ela também redefine a capacidade de autonomia do Estado através de alterações no seu papel econômico, que oscila entre o neoliberalismo e o neoproteccionismo. Enquanto este último é a expressão da força dos Estados nacionais, o neoliberalismo é a expressão da força do processo de transnacionalização.

Se, de um lado, os governos nacionais sofrem pressões no sentido de regularizar os níveis de emprego, de salário e de investimentos, por exemplo, por outro lado são pressionados pelo segmento transnacionalizado que se rebela contra esse tipo de regulamentação, em nome da eficácia e da eficiência. As empresas multinacionais, que atuam em diferentes países, em diferentes setores e com diferentes produtos, não podem deixar de levar em conta as flutuações cambiais e as condições de produção e de mercado em cada país, o que acaba por exigir dos Estados nacionais um tipo especial de planificação econômica que, muitas vezes, não é compatível com as demandas sociais de saúde, educação, saneamento básico e moradia, por exemplo.

A produção e a distribuição de uma parcela cada vez maior de mercadorias, bem como a geração da maior parte do fluxo internacional de capitais (controlado por um imenso aparelho financeiro internacional) levam as corporações transnacionais a provocarem distúrbios nas políticas monetárias e financeiras, a nível nacional, até mesmo nos países centrais.

Ao mesmo tempo, face à perda da competitividade internacional de suas empresas, muitas vezes cabe ao Estado o papel não somente de incentivar empresas como de subsidiar outras, o que acaba por se refletir em "deficits" governamentais, capazes de estourar os orçamentos internos.

Essa nova dimensão mundial, porém, não anula as dimensões nacionais da função do Estado. Apenas amplia o papel deste. Por mais que os Estados nacionais se coloquem a serviço de um sistema capitalista global, ainda está longe o fim de suas funções em instância nacional. Com a formação de blocos econômicos a nível mundial, mais do que a disso-

lução das partes (Estados, Nações), o que se vê é uma proposta de articulação entre as mesmas, onde se reforça e se amplia a sobrevivência do todo através das partes.

Conclusão

Até onde se pode perceber, a economia planetária ruma para uma nova ordem internacional, que de modo algum está cristalizada. Tanto quanto o modo de produção capitalista, a economia mundial repousa sobre forças contraditórias.

Se, de um lado, a internacionalização produtiva e financeira rompeu com o antigo ordenamento da divisão do trabalho, por outro, há um novo tipo de dependência que se estabelece entre os países.

As empresas transnacionais são hoje as protagonistas principais do processo de mundialização do capital. Porém esse papel-chave é compartilhado com o Estado, que, além de continuar com as funções tradicionais que sempre lhe foram atribuídas, passa a exercer mais uma: a de validar a nova ordem internacional que ora vem se estabelecendo.

Bibliografia

- CHESNAIS, François(1988). **Biotechnology and the agricultural exports of developing countries: a new of the trends and their implications.** Paris, Group de Recherche sur l'Internationalisation des Techniques et le Developpment.
- COURLET, Claude(1988). L'analyse de l'industrialisation du Tiers Monde: acquis theoriques et modalités d'une remise en cause. **Revue Tiers Monde**, Paris, IEDES-PUF, 29(115):639-64, juil./sept.
- DRUCKER, Peter F.(1988). L'avenement de l'economie planetarie, **Futuribles**. Paris (177), jan.
- FILHO, Aristides(1987). **Sistema Monetário Internacional: as regras do jogo.** Brasiliense, São Paulo. 110p.
- LICHTENSZTJN, Samuel & BAER, Mônica (1987). **Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial.** São Paulo, Brasiliense, 239p.

LIPIETZ, Alain (1988). **O capital e seu espaço**. São Paulo, Nobel. 209p.

MACADAR, Beky Moron de & BELLO, Terezinha da Silva (1990). América Latina: a caminho da integração. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, 17(4):73-87, jan.

___ (1989). A integração latino-americana face às transformações de economia mundial. **Ensaíos FEE**, Porto Alegre, 10(2):189-211.

MÜLLER, Geraldo (1987). **Introdução à economia mundial contemporânea**. São Paulo, Ática, 118p.

SOUZA, Herbet José (1985). **O capital transacional e o Estado**. Petrópolis, Vozes, 158p.

VISION (1990). **Los Tigres: representantes de um nuevo desarrollo económico**. México, Grupo Vision, 74(13):6-8, jun.